



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
02/10/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
02/10/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Aos dois dias do mês de outubro de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Maria João Santos Roldão Gomes;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Carlos Alberto Fernandes Logrado comunicou em 17/09/2014, nos termos do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que, por razões profissionais, se encontra fora do concelho, pelo que será substituído pela candidata imediatamente seguinte da lista do +Concelho, Senhora Maria João Santos Roldão Gomes, pelo período de um mês.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 21, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2014
3. APROVAÇÃO DA ATA N.º 22, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2014
4. REQ. N. 1999/11, DATADO DE 29/09/2011 – PC N.º 371/11, DATADO DE 29/09/2011 – COMPOSTOS-LIS ALIMENTOS COMPOSTOS PARA ANIMAIS, LDA

5. REQ. N. 2206/11, DATADO DE 26/10/2011 – PC N.º 406/11, DATADO DE 26/10/2011 – MORAIS MATIAS, S.A.
6. REQ. N. 1256/14, DATADO DE 20/08/2014 – PC N.º 115/13, DATADO DE 23/04/2013 - TRANSOGAS – SOCIEDADE DE TRANSPORTES, ÓLEO E COMBUSTÍVEIS, LDA
7. REQ. N. 1359/14, DATADO DE 15/09/2014 – PC N.º 1156/14, DATADO DE 24/02/2014 - MARIA MÓNICA FELÍCIA DE SOUSA PECEGO SALGUEIRO
8. REQ. N. 1191/14, DATADO DE 08/08/2014 – PC N.º 163/14, DATADO DE 15/05/2014 – HELENA GIL RIBEIRO – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE
9. REQ. N. 1320/14, DATADO DE 03/09/2014 – PC N.º 155/14, DATADO DE 09/05/2014 – JORGE MANUEL DINIS GOMES
10. REQ. N. 1379/14, DATADO DE 18/09/2014 – PC N.º 449/13, DATADO DE 04/12/2013 – IMOBILIÁRIA PONTO NOVO, S.A.
11. REQ. N. 9/11, DATADO DE 05/01/2011 – PC N.º 210/09, DATADO DE 24/09/2009 – IMA – IMOBILIÁRIA MARINHENSE, LDA.
12. REQ. N. 1349/14, DATADO DE 11/09/2014 – PC N.º 411/2014, DATADO DE 11/09/2014 – ALBINO JOSÉ SILVA MARQUES
13. REQ. N. 1314/14, DATADO DE 02/09/2014 – PC N.º 304/14, DATADO DE 02/09/2014 – FERNANDO OLIVEIRA
14. REQ. N. 1369/14, DATADO DE 16/09/2014 – PC N.º 213/13, DATADO DE 10/07/2013 – AFONSO MANUEL ROLDÃO
15. REQ. N. 860/10, DATADO DE 16/04/2010 – PC N.º 219/07, DATADO DE 29/03/2007 – EUROMARINHA – COMPRA E VENDA E ADMINISTRAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, LDA
16. REQ. N. 814/12, DATADO DE 11/05/2014 – PC N.º 128/10, DATADO DE 31/05/2010 – ACÁCIO DA SILVA SANTOS
17. REQ. N. 962/14, DATADO DE 26/06/2014 – PC N.º 458/11, DATADO DE 13/12/2011 – ANTÓNIO SALVADOR OLIVEIRA DA ROCHA
18. REQ. N. 840/14, DATADO DE 05/06/2014 – PC N.º 88/10, DATADO DE 30/04/2010 – JOAQUIM ALVES DA CRUZ, LDA

19. REQ. N. 1387/14, DATADO DE 19/09/2014 – PC N.º 95/13, DATADO DE 12/04/2013 – VANGEST – ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A.
20. ACEITAÇÃO DA SEXTA E ÚLTIMA FASE DO PROCESSO DE EXECUÇÃO DE CARTOGRAFIA NUMÉRICA VETORIAL E ORTOFOTOCARTOGRAFIA À ESCALA 1/2000 (MODELO NUMÉRICO TOPO-CARTOGRÁFICO).
21. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
22. EMPREITADA DE: REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE ESCOURA - CONCURSO PÚBLICO N.º 08/2010. EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO.
23. REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA – CEDÊNCIA 74,00M2 DE TERRENO DE HERDEIROS DE JOSÉ OLIVEIRA NETO
24. HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE UM PRÉDIO URBANO SITO NA FREGUESIA DA MARINHA GRANDE
25. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DOS *“SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO SELECT DO SOFTWARE BENTLEY, PARA O PERÍODO DE 12 MESES”*.
26. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE *“SERVIÇOS DE PORTARIA PARA O EDIFÍCIO DA RESINAGEM”*.
27. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE *“SERVIÇOS DE BILHÉTICA PARA A CASA DA CULTURA - TEATRO STEPHENS”*
28. ATRIBUIÇÃO DE FOGOS SOCIAIS AOS CANDIDATOS ADMITIDOS, NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL E RESPECTIVO CÁLCULO DAS RENDAS A APLICAR.
29. REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE AO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO CORRESPONDENTE AO N.º 99, SITO NA RUA ANTÓNIO LOPES, CAMARNAL – AMILCAR MANUEL MATOS SARAIVA - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.
30. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO.

31. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveram-se os seguintes munícipes:

1 – Sr.ª D. Ana Patrícia Quintanilha Nobre, em representação da Associação Novo Olhar II, com sede na Av.ª 1.ª de Maio, n.º 108, Marinha Grande, com o NIF 510280013, que se inscreveu para falar sobre o Regulamento de Atribuição de Subsídios a Entidades, nomeadamente sobre a atribuição de subsídio à Associação Novo Olhar II.

A Sr.ª D. Ana Patrícia informou que não seria ela a usar da palavra, mas sim o **Presidente da Associação, Sr. Carlo Mello.**

O Sr. Carlo Mello começou por dizer que a Associação Novo Olhar II é uma IPSS desde 2002, que trabalha junto dos toxicodependentes, servindo neste momento uma população mais alargada, como sejam os sem-abrigo e doentes com problemas psicológicos, a quem prestam serviços básicos de higiene e saúde e que são atendidos no centro Porta Azul. Nos últimos tempos têm sido procurados por pessoas em situação de pobreza, nalguns casos pobreza extrema, que procuram alimentos para si e para os seus filhos. O centro socio-sanitário Porta Azul serve atualmente 380 utentes. Em tempo útil foi pedido apoio para esta estrutura em 2014. Tentaram obter respostas junto do Vereador e do Chefe da Divisão, não conseguiram, pelo que pretendem saber o porquê de ainda não ter sido deliberado este apoio. A Associação necessita dele, pois apesar de receber apoio do Governo não chega, e em função da resposta obtida ao pedido de apoio assim reformularão a sua atitude em termos do apoio social a prestar, de medicamentos e alimentos. O apoio é fundamental. Por último, e para concluir a sua intervenção, referiu que não tinha mencionado o apoio que também prestam aos portadores do vírus HIV Sida.

2 – Sr. Alberto Costa Santos, em representação da ASURPI, com sede na Rua 18 de Janeiro, n.º 31, Marinha Grande, com o NIF 502870419, que prestou esclarecimentos de carácter informativo sobre a Universidade Sénior da Marinha Grande, departamento que funciona dentro da ASURPI. Referiu que a Universidade Sénior se iniciou em 2012, na ASURPI, com uma Coordenadora Psicológica que apresentou o projeto e a quem a Associação deu todo o apoio. Recentemente houve desenvolvimentos que não foram

comunicados à ASURPI. A referida técnica deixou a Associação mas queria levar o projeto consigo e a designação de “Universidade Sénior da Marinha Grande”, tendo pretendido fazer o registo da marca à revelia da ASURPI. Felizmente a lei não lhe permitiu. Lamenta que os órgãos de comunicação social tenham dado relevo a essa pessoa e ao serem contactados pela ASURPI para prestarem os seus esclarecimentos não se mostraram disponíveis para o fazer. A ASURPI atua de acordo com os seus estatutos, sem conotações políticas, e pensa que a informação dada na última reunião foi tendenciosa, pelo que pretendia deixar este esclarecimento.

3 – Sr. José António Narciso da Silva, residente na Rua das Empalhadeiras de Garrafões, n.º 23, Embra, Marinha Grande, que se inscreveu para falar sobre os escalões de faturação de água.

O munícipe desistiu do atendimento no dia 01/10/2014.

4 – Sr. Joaquim Loureiro Andrade, residente na Praceta do Vidreiro, n.º 4 – 2.º eq.º, Marinha Grande, que se inscreveu para abordar os seguintes assuntos:

- Questões relacionadas com o Parque da Cerca e com o Parque Mártires do Colonialismo;
- Questões relacionadas com o Código de Procedimento Administrativo;
- Questões relacionadas com o Trânsito;
- Pedido de respostas em falta referentes às duas intervenções em anteriores reuniões de Câmara.

O Sr. Joaquim Andrade começou por dizer que é a 3.ª vez que intervém, esperando desta vez obter respostas.

Invocou o Guia do Autarca, para perguntar como é que aqui são preparadas as reuniões dos membros do executivo. Seguidamente leu os artigos 4.º, 5.º, 6.º, 6.º-A, 7.º, 8.º e 9.º, que enunciam os princípios gerais do Código do Procedimento Administrativo – CPA.

Disse que fez estas referências porque a sua intervenção de 20/02/2014 obteve como resposta um ofício (S/1023/2014), cujo conteúdo técnico ninguém percebeu. Lembrou que há mais de 30 anos que os moradores, autores da petição apresentada, tinham acesso às garagens, com possibilidade de virar à esquerda para entrar. Enumerou, para além do exemplo do ATRIUM, várias ruas da cidade em que há possibilidade de viragem, para demonstrar que a reposição do que lhes foi retirado é uma questão de justiça e imparcialidade. Ficará a aguardar pela decisão.

Sobre o Parque Mártires do Colonialismo disse que tem muitos perigos e que não foi cumprida a lei, porque não foi encerrado. O Parque da Cerca também tem perigos vários, e este, como o outro, também não tem água.

A intervenção do Sr. Joaquim Andrade foi apresentada também por escrito, tal como consta do documento que entregou na reunião e que se anexa à presente ata (**Anexo 1**).

5 – Sr.ª D. Guida Sofia Teodósio Grácio Pedrosa, representante da empresa EcoFortunato, com sede na E.N. 242, em Albergaria, Marinha Grande, com o NIF 508032229, que se inscreveu para falar sobre a recolha de efluentes domésticos no concelho da Marinha Grande.

Referiu que desde o dia 1 de maio que não podem trabalhar no concelho da Marinha Grande, só nos concelhos limítrofes. A empresa tem 3 funcionários, 4 camiões para desentupimentos, 2 deles comprados para servir o Município. Tinham um volume de negócios de cerca de 15.000€/mês e atualmente é de cerca de 1.300€/mês. A empresa está em vias de encerramento, e aquilo que vê, ao contrário do que tem sido dito, é que a Câmara Municipal não apoia as pequenas empresas. Sugeriu que a Câmara aceite, mediante o devido pagamento, a descarga destes efluentes. Pela resposta da Câmara, que disse que assegura este serviço, parece-lhe que estará a ser violada a lei da concorrência.

Em setembro foram chamados pelo Município para fazer um desentupimento de urgência, que efetuaram de forma gratuita, porque pretendem colaborar, só pedindo que os deixem trabalhar. Disse que já ponderaram mudar a sede para Leiria, onde são bem recebidos e para onde canalizarão os seus impostos.

Depois de terminadas todas as intervenções dos munícipes, foram dadas as respostas do executivo.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira**, depois de cumprimentar todos os presentes, respondeu o seguinte:

⇒ Relativamente à primeira intervenção, disse que não há da sua parte nem da parte da Câmara qualquer sentimento menos positivo em relação à Associação Novo Olhar II, mas têm que se ter em atenção todos os aspetos que dizem respeito a dinheiros públicos, que têm de obedecer a regras e estão sujeitos a inspeções nas nossas contas. Desde que está com as funções de Vereador que foi conhecendo alguns problemas em relação à Associação, vai-se inteirando, mas ainda não está bem esclarecido, pelo que ainda não tomou nenhuma decisão. Foi em 13/12/2012 que a Associação recebeu o último apoio da Câmara, e é em relação a este apoio que lhe subsistem dúvidas de alguma legalidade e para as quais tem que ter cuidado, assim como para todas as outras que sejam semelhantes ou parecidas. Havia a obrigatoriedade de a Associação entregar documentos até 31/03/2013, e só em 17/07/2013 é que a Associação apresenta despesas de montante inferior ao subsídio recebido, que vinham misturadas com documentos de uma Associação Novo Olhar e da nova Associação Novo Olhar II. Em termos financeiros isto faz toda a diferença, pois haveria um valor a devolver de 5.200€, para além de alguns documentos que não têm valor contabilístico, como sejam declarações de arrendamento. Foi colocado pelos serviços da Câmara perante estes factos, pelo que tem que ter cuidado.

O **Presidente da Associação** interrompeu, insurgindo-se contra estas palavras, uma vez que o Vereador está a querer dizer que a Associação não é honrada.

O **Sr. Vereador** referiu que se há situações duvidosas, custe a quem custar, terão que ser analisadas. Depois prosseguiu, explicando que mais tarde é entregue um relatório a justificar o valor do subsídio recebido em dezembro de 2012. Continua a reunir todos

os elementos necessários e logo que os tenha trará o assunto à Câmara, e por aquilo que lhe parece há situações irregulares. Informou que já despachou para os serviços o pedido de apoio para as atividades da Associação Novo Olhar.

- ⇒ Sobre a ASURPI disse que foi convocado para uma reunião com a direção, em que também estava a Dr.ª Daniela, e onde foi posta a questão da Câmara apoiar a Associação para a Universidade Sénior e até se falou num espaço para se instalarem de futuro. Mais tarde recebeu a visita da Dr.ª Daniela acompanhada de outras pessoas, que não da ASURPI, a quem disse que poderiam contar com o apoio da Câmara. Durante este tempo pensou que andava a falar só com uma pessoa e afinal eram duas entidades. Aquilo que foi prometido foi à Universidade Sénior, apenas lamenta que não tenha sido informado da existência da outra entidade.

Depois de o Sr. Vereador Vítor Pereira terminar a sua intervenção, a **Sr.ª D. Ana Patrícia Nobre** quis intervir.

O **Sr. Presidente** impediu, dizendo que o diálogo não é permitido, e que a Associação já tinha usado o tempo previsto para a sua intervenção, tal como está previsto no Regimento da Câmara, que foi aprovado e deve ser cumprido, sugerindo que marquem uma reunião com o Sr. Vereador, para mais esclarecimentos.

O **Sr. Vereador** disse que está disponível para receber a Associação Novo Olhar II.

No âmbito dos seus pelouros, o Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte:

- ⇒ Sr. Joaquim Andrade – disse que as respostas que lhe dá estão exaradas em ata. A petição dos moradores da Rua Prof. Virgílio de Moraes obteve resposta pelo ofício S/1023/2014, de 23 de março. Em 28 de março o Sr. Andrade voltou a dizer que não tinha respostas e voltou a dar-lhe resposta, e até reuniu com o técnico para o esclarecer, uma vez que a resposta assenta num parecer de um técnico especialista em trânsito. Tem pena que o Sr. Andrade não concorde com ele e que não vá de encontro às suas pretensões.
- ⇒ Parque Mártires – as obras não estão acabadas, vão ser acabadas pela Câmara, aguardando-se a colocação das mesas e dos bancos. Contudo há que dizer que os Parques têm sido alvo de atos contínuos de vandalismo, nas casas de banho e nos bebedouros, e que os serviços da Câmara nem sempre conseguem acompanhar a destruição.
- ⇒ EcoFortunato – a Sr.ª D. Guida Pedrosa já reuniu consigo e já obteve uma resposta. As descargas eram feitas na Etar cuja gestão competia à SIMLIS, e a partir de maio a gestão passou para a competência do município de Leiria. De seguida invocou as disposições legais que impõem que as entidades gestoras dos serviços de saneamento assegurem a limpeza de fossa sépticas aos imóveis localizados a mais de 20 metros da rede pública de saneamento, quer seja por meios próprios ou através de terceiros. No concelho da Marinha Grande a entidade gestora é o Município, que disponibiliza esse serviço, devendo os munícipes residentes em locais não servidos por rede pública solicitá-lo através de

requerimento tipo e mediante pagamento das correspondentes tarifas fixas e variáveis, tal como acontece nas situações dos clientes servidos pela rede pública de drenagem de águas residuais, ou solicitar o despejo de fossas autonomamente, mediante o pagamento da respetiva tarifa.

Este serviço esteve adjudicado à EcoFortunato durante muitos anos. Agora é outra empresa que faz o despejo de fossas na Marinha Grande, uma vez que ganhou o concurso aberto para o efeito e ao qual a EcoFortunato também concorreu. Tal como já referiu, e de acordo com a lei, quem presta o serviço é a Câmara Municipal. Perante a ERSAR, que é a entidade reguladora, a entidade gestora do sistema é a Câmara Municipal. Não se trata de querer ou não querer, a lei impõe e há que ser rigoroso, tal como com os despejos clandestinos que há por aí. Sobre o que se passa noutros concelhos dispensa-se de comentar.

Em relação ao serviço extra solicitado, trata-se de um serviço de que a Câmara necessitou e recorreu a quem o presta. Em termos ambientais a Câmara tem auditorias da ERSAR e tem que cumprir a lei, nomeadamente o artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte:

- ⇒ Associação Novo Olhar I e II – acompanha e sabe o trabalho meritório que a Associação desenvolve. O apoio que lhe é prestado deve depois ser comprovado com a entrega de todos os documentos necessários. Pediu aos representantes da Associação que tentem resolver o problema com o Sr. Vereador, uma vez que o seu trabalho é necessário e útil, mas os documentos têm que ser todos entregues.
- ⇒ Universidade Sénior – sempre pensou que era um departamento da ASURPI. Abstem-se de fazer comentários, foi sempre assim que lhe foi apresentado o projeto, e quando foi convidado esteve presente com muito gosto.
- ⇒ Sr. Joaquim Andrade – entende que quando as pessoas não aceitam as respostas seja natural que venham insistir, mas o que não devem dizer é que não obtiveram resposta, porque tiveram. Espera que a situação se resolva a bem da saúde e segurança de todos, pois mais vale perder um minuto na vida do que a vida num minuto.
- ⇒ EcoFortunato – a resposta já foi dada pelo Sr. Vereador. Ao contrário do que foi dito, a Câmara apoia as pequenas empresas, como sempre apoiou.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho disse o seguinte:

- ⇒ Não precisa que o Sr. Joaquim Andrade lhe refira o Guia do Autarca e o CPA, porque os conhece. Já falou com o município sobre as suas preocupações e até foi ao local. Não lhe pareceu que com a sua pretensão houvesse grande perigo, até lhe ser exibido um parecer técnico. Ao senso comum parece uma coisa e depois, com as informações técnicas, é-se confrontado com outra visão. Não se trata de uma embirração ou teimosia, uma vez que não estamos aqui para isso.

Há legislação e há pareceres técnicos que têm que ser cumpridos. O Sr. Andrade apresentou uma petição e teve resposta, cumprindo-se o CPA, só que não foi aquela que queria. Esta é a realidade, e não deve dizer que não tem respostas, até porque se sente incomodada com estas frases soltas.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Ao iniciar este período, e antes de dar a palavra aos Srs. Vereadores, o **Sr. Presidente** anunciou que mais tarde irá ler dois documentos, um relativo à declaração de voto proferida na Assembleia Geral da VALORLIS e outro que é um voto de louvor e agradecimento aos parceiros da Semana do Design, que colocará a votação e que ficarão anexos à ata. De seguida distribuiu cópias a todos os membros do executivo.

O **Sr. Vereador António Santos** cumprimentou todos os presentes, realçou a preocupação das intervenções do público e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ A sua política é de ação social e sempre que pode ajuda, porque as pessoas e a dignidade humana estão sempre em primeiro lugar, pelo que louva a Associação Novo Olhar II e o trabalho que desenvolve. A Câmara deve dar sempre apoio, mas em obediência ao princípio da igualdade e da proporcionalidade, as Associações também devem colaborar na entrega de documentos e no cumprimento da legalidade.
- ⇒ ASURPI – se há duas entidades a Câmara deve tratar as duas de igual forma.
- ⇒ Sr. Andrade – o Sr. Vereador já lhe respondeu.
- ⇒ EcoFortunato – a empresa só pede que a deixem trabalhar, tal como acontece noutros concelhos. Sabe que as leis têm que ser cumpridas, mas devem ser utilizadas e interpretadas dentro dos princípios legais. Pediu ao executivo que faça isso.
- ⇒ O jornal “Região de Leiria” publicou uma revista sobre percursos pedestres e BTT e gostou de ver os percursos da Marinha Grande, que são bons, mas parecem-lhe poucos, uma vez que somos o concelho com a maior mancha verde. Pensa que para a elaboração desta revista tenham pedido a colaboração da Câmara, mas julga que existem mais percursos que não foram divulgados e que são fáceis de assinalar. Sugeriu que a Câmara faça um protocolo com o “Jornal da Marinha Grande” para fazer uma revista, para consumo interno, com todos os percursos existentes no concelho.

- ⇒ Referiu um artigo de jornal de 26 de setembro, sobre a qualidade da água, e questionou qual é a qualidade da água nas torneiras no nosso concelho, e porque é que não está classificada como excelente.
- ⇒ Rua das Chedas – reiterou os pedidos anteriores, dizendo que neste momento a rua está praticamente intransitável.
- ⇒ Carta de munícipe – chegou ao seu conhecimento uma carta que dá conta da situação da sinalética existente, que está toda enganada, uma vez que não assinala serviços que existem (no Edifício da Resinagem) e os que não existem estão assinalados (Teatro, mercado no ATRIUM).

A **Sr.ª Vereadora Maria João Gomes** saudou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ EcoFortunato – ficou preocupada com a situação da empresa. Não acredita que a Câmara possa apenas ter uma solução fria e legalista, pelo que subscreve o que disse o Sr. Vereador António Santos, no sentido de encontrar uma solução, assim como também acredita que irá ser encontrada uma solução para a Associação Novo Olhar II.
- ⇒ Lembrou que trouxe várias vezes à reunião a questão da EGF, e agora todo o edifício legislativo de tratamento de RSU's foi destruído. Queremos manter a qualidade ambiental e para isso devia-se manter nas mãos do Estado. Assim não aconteceu e aqui está o resultado, com aumentos escandalosos. Pensa que a Câmara se deve também associar e comunicar com autarquias de outras áreas geográficas.
- ⇒ Colocou as seguintes questões:
 - Estão a ser divulgados os locais de votação no Orçamento Participativo, e como;
 - Está a ser controlado se as pessoas são efetivamente do concelho e se podem votar;
 - Para quando o fim das obras do Jardim Luís de Camões, uma vez que já passaram 3 meses?
 - A Travessa do Passal está em mau estado. Vai ser incluída na obra do Jardim?
 - Está prevista a substituição (e não arranque) dos plátanos existentes na Estrada de Leiria, junto ao SCM?
 - Está prevista a colocação de caixotes do lixo subterrâneos?
 - Pensa que a construção do canil está prevista para 2015. Vai ser por concurso público e o projeto está de acordo com todos os requisitos necessários em termos de jaulas e dimensões?

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

⇒ Sobre a intervenção do Dr. Carlo Melo, da Associação Novo Olhar II, referiu que o regulamento deve ser revisto, tal como tem vindo a falar há quase um ano. Os auditores recomendaram que se fizesse a revisão. Disse que é lamentável que até as associações tenham de vir à reunião de Câmara e à Assembleia Municipal para falarem sobre o regulamento, e sobretudo da demora nas respostas (mais de 18 meses).

Repetiu que este regulamento não é justo nem transparente. Para além disso enferma de não ter prazos de decisão. Não entende como é possível que uma instituição seja obrigada a apresentar o seu plano de atividades para o 2014 até 30 de setembro do ano passado, e hoje, dia 2 de outubro, mais de um ano depois, ainda não saiba se vai receber apoio, e qual o montante. Porque não fazemos benchmarking e vemos o que outros fazem bem? Relembrou, apenas como exemplo, que em dezembro a Cristina Sousa da APAMG escreveu que em Almada nenhuma associação fica mais de uma semana sem receber resposta da autarquia e que os apoios são entregues antes dos eventos se realizarem.

Como é possível gerir uma instituição sem saber se tem apoio, e de quanto. O regulamento tem de deixar expresso o que se pode apoiar, quem se pode apoiar, com que verba e o eterno problema deste executivo permanente, **quando** vai saber da decisão e receber o dinheiro.

Sugeriu que de imediato, ou após a reunião, a Novo Olhar II e o Vereador do pelouro se reúnam para esclarecer o que se passa e solucionar o problema.

⇒ Sobre o munícipe Sr. Alberto Costa Santos, em representação da ASURPI, referiu:

- Repetiu que é um desafio extraordinário envolver os idosos de modo a dar-lhes convívio e retirá-los da solidão. Bem hajam todas as instituições que trabalham nesta área, e hoje, em especial a ASURPI.
- Se é necessário arranjar um espaço e a Câmara pode disponibilizá-lo, porque não o fez com a antecedência devida?

⇒ Sobre o munícipe Sr. Joaquim Andrade, referiu que uma vez mais um munícipe vem lamentar a ausência de respostas da Câmara, uma vez que diz que não está em ata. Sugeriu que o Sr. Vereador Paulo Vicente fale com o munícipe e duma vez por todas clarifiquem as respostas que devem ser dadas.

⇒ Sobre a munícipe Sr.ª Guida Pedrosa, da empresa EcoFortunato, referiu que se uma empresa diz que quer trabalhar mas que a Câmara viola a lei da concorrência, porque faz este trabalho, não deixando fazer as empresas, enquanto outros municípios permitem, algo está errado. Tem de haver solução para esta situação, há que ver o que se pode fazer, uma vez que não pode haver duas leis.

- ⇒ Enalteceu o judoca marinhense Nuno Saraiva, pelo 5.º lugar alcançado no Campeonato Europeu de Júniores de Judo, realizado em Bucareste.
- ⇒ Referiu as deficientes condições das infraestruturas desportivas municipais, entre as quais:
- Pavilhão da Escola Nery Capucho:
 - a potência da luz é insuficiente, nos treinos do pavilhão não podem ligar todas as lâmpadas quando estão a treinar o takendoo, senão cai e demora 10 minutos a arrancar. Além dos treinos a luz cai também durante os jogos;
 - as portas dos balneários não têm fechaduras;
 - o pavimento de um dos balneários está arrancado.
 - Pavilhão n.º 3 da FAE
 - a caldeira de água quente está avariada há meses. Este fim-de-semana vai haver um encontro nacional de equipas jovens, pelo que seria bom que a Câmara solucionasse este problema até lá.
 - Iluminação no exterior, entre o pavilhão 3 da FAE e o edifício do Judo.
 - Não existe. Há iluminação no estacionamento, mas depois há um espaço às escuras. Como agora há treinos de crianças e jovens que terminam de noite, torna-se complicado ali passar.

Deixa aqui o alerta.

O Sr. Vereador Vítor Pereira abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Plátanos da Embra – é uma questão sensível para as pessoas. As árvores são boas para o planeta mas estas prejudicam a vida, com pó e folhas que caem. Deveria ver-se com as Estradas de Portugal a possibilidade da sua substituição.
- ⇒ Percursos pedestres – não se resolvem com a facilidade com que o Sr. Vereador António Santos refere, uma vez que têm que ser definidos em articulação com os serviços florestais. A revista que menciona é um bom documento, mas como é lógico terá as suas lacunas.
- ⇒ Associação Novo Olhar II – também é de opinião que o assunto não deveria ter chegado até aqui. Sabe que é tarde, não tem nada contra a Associação, mas precisam de conversar, talvez noutros locais. O assunto não tem nada a ver com o regulamento, como diz o Sr. Vereador Aurélio na sua “cruzada” pelo regulamento. O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** protestou.
- O **Sr. Vereador Vítor Pereira** prosseguiu, referindo que ele próprio e os nossos serviços têm as suas insuficiências, mas procuram resolver os problemas, embora por vezes com atrasos.
- ⇒ Equipamentos desportivos – as situações detetadas estão a ser todas acompanhadas e vão sendo resolvidas, em conjunto com o Sr. Vereador Paulo Vicente, nomeadamente o Pavilhão 3 da FAE, que é o mais complexo.
- ⇒ EcoFortunato – também concorda com o Sr. Vereador Aurélio quando diz que tem de haver uma solução, por isso pede-lhe que mande para cá uma solução.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** concordou, tendo a **Sr.ª Guida Pedrosa** referido que irá disponibilizar os documentos de que o Sr. Vereador necessitar.

O Sr. Vereador Paulo Vicente referiu o seguinte:

- ⇒ Depois de ouvir o que foi dito, parece que toda a gente que vem à reunião da Câmara tem sempre razão. É por isso que concorda com o Sr. Vereador Vítor Pereira, e então pede que enviem para cá a solução, violando a lei e as regras dos concursos públicos. Uma vez mais é só demagogia. Aconselha que quando tomarem posição procurem saber todos os trâmites sobre as situações.
- ⇒ Passeios pedestres – estão em estudo para a Vieira, até porque para poderem vir nos guias têm que ser avaliados pela Federação Portuguesa de Orientação. Foi este pormenor da candidatura que sustentou a obra da Ponte das Terceiras.
- ⇒ Qualidade da água – há regras rígidas da ERSAR que têm que ser cumpridas. A nossa água é de boa qualidade.
- ⇒ Rua das Chedas – o Presidente da Junta levantou o assunto na Assembleia. A situação será resolvida no próximo ano, com o saneamento da Valeira.
- ⇒ Orçamento Participativo – o executivo não interveio nesta fase. Está a ser publicitado e divulgado na comunicação social.
- ⇒ Jardim Luís de Camões – espera que as obras estejam concluídas no final deste mês, porque houve trabalhos que não estavam inicialmente previstos e que tiveram de ser feitos.
- ⇒ Plátanos – é mais do que evidente que dificultam a circulação naquela rua. A Câmara está em negociações com a EDP para a remodelação da iluminação pública naquela zona, e então poder-se-á intervir nas árvores, mas será sempre com a autorização das Estradas de Portugal. Qualquer que seja a árvore que se coloque ou irá prejudicar os peões ou o estacionamento.
- ⇒ Canil – já está adjudicado, a empresa já entregou o plano de segurança e vai-se iniciar a obra, que foi aprovada pela Direção Geral de Veterinária e terá todas as valências e exigências legais para o bem-estar animal (canil/gatil).
- ⇒ Sr. Joaquim Andrade – para si a resposta que lhe deu é definitiva, uma vez que se fundamenta num parecer técnico.

O Sr. Presidente referiu o seguinte:

- ⇒ EcoFortunato – os 2 camiões da empresa foram comprados em resultado do anterior concurso. Agora, infelizmente, não ganharam. É pena que as pessoas que defendem os concursos públicos para tudo agora não queiram ouvir a verdade.
- ⇒ Conservatória da Marinha Grande – estiveram na Marinha Grande dois representantes do Governo, a quem mostrou as vergonhosas instalações.
- ⇒ Sinalética – vai-se tentar melhorar.

- ⇒ EGF – já fez tudo aquilo que lhe era possível, manifestando a sua opinião nos locais onde tem que se manifestar. A Câmara Municipal da Marinha Grande é contra a privatização da EGF, e tem defendido esta posição na ANMP, na VALORLIS e na SIMLIS.
- ⇒ Jardim Luís de Camões – há que ter alguma paciência e esperar pelo fim das obras, que tal como o Sr. Vereador já informou se espera que estejam concluídas no final do mês.
- ⇒ Árvores – nas antigas instalações da J. Ferreira Custódio já estão plantadas 40 árvores e antes não estava lá nenhuma, assim como também foram plantadas na Ribeira das Bernardas.
- ⇒ Caixotes do lixo subterrâneos – era bom que a VALORLIS os colocasse.
- ⇒ Associação Novo Olhar II – era bom que soubessem quem ajuda e quem não ajuda, pois, enquanto pessoa, sempre os apoiou. Enquanto Presidente da Câmara tem que ter outros cuidados, não é só porque vem no jornal que se pode fazer tudo, e é por isso que depois temos municípios falidos, alguns deles aqui mesmo ao lado. Consigo isso não sucederá.
- ⇒ Prazos – parece que só na Câmara é que há atrasos e tem que haver prazos para tudo, quando nas outras empresas também acontecem atrasos e incumprimentos.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Depois de terminado o período de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:40 horas às 11:55 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reiniciada a reunião, o **Sr. Presidente** apresentou os seguintes documentos:

ASSEMBLEIA GERAL DA VALORLIS, S.A. DE 29 DE SETEMBRO DE 2014 – DECLARAÇÃO DE VOTO

758 - O Sr. Presidente leu a declaração de voto apresentada na Assembleia Geral da VALORLIS, S.A., no dia 29/09/2014, subscrita pelos representantes dos Municípios de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós, que votaram contra a proposta de Orçamento e Projeto Tarifário da VALORLIS, S.A. para 2015.

Os referidos Municípios rejeitaram liminarmente a proposta dos representantes da EGF de fixar o preço unitário de 32,75€/tonelada para vigorar no ano de 2015, valor que corresponde a um acréscimo inaceitável de 21,30%, mais 5,75€ por tonelada de resíduos

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 02/10/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

sólidos urbanos, face ao valor apurado como estimativa final para 2014, de 27,00€/tonelada.

Invocaram ainda como uma das razões o facto de a proposta dos representantes da EGF para o aumento do tarifário da VALORIS a vigorar para 2015 não cumprir as recomendações do Regulador (ERSAR), porque vai muito para além do objetivo de recuperação de custos do sistema e ignora o princípio de defesa dos consumidores.

A referida declaração de voto foi remetida para conhecimento de diversas entidades, designadamente, Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Secretário de Estado do Ambiente, Comissão Parlamentar do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, ERSAR, ANMP, Órgãos Autárquicos (Câmaras, Assembleias Municipais e Juntas de Freguesia), e Comunicação Social.

A Câmara Municipal da Marinha Grande apreciou a declaração de voto contra a proposta de Orçamento e Projeto Tarifário da VALORIS, S.A. para 2015, apresentada na Assembleia Geral da VALORIS, S.A., no dia 29/09/2014, que se anexa à presente ata (Anexo 2) e delibera corroborar a declaração de voto proferida.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

VOTO DE LOUVOR E AGRADECIMENTO

759 - O Sr. Presidente propôs a aprovação do seguinte **voto de louvor e agradecimento, que se anexa à presente ata (Anexo 3) e cujo conteúdo se reproduz:**

“Começa amanhã a 1.ª Semana do Design da Marinha Grande!”

Para a concretização deste grande evento contamos com a colaboração imprescindível de um vasto conjunto de parceiros, assim como dos serviços municipais.

A Semana do Design apenas foi possível pela congregação de vontades e de esforços – a que ninguém se recusou – com o propósito de evidenciarmos o que de melhor se fez e faz na Marinha Grande.

Estamos certos que a Semana do Design será um sucesso, mas também sabemos e reconhecemos – com grande satisfação – que esse sucesso se deve muito aos parceiros que aceitaram envolver-se neste projeto e que, à medida de cada um, apresentaram os seus contributos e com isso enriqueceram a Marinha Grande.

O sucesso da Semana do Design não é o sucesso de alguns, o sucesso da Semana do Design é a demonstração inequívoca do sucesso da nossa indústria e de todos os agentes económicos, dos agentes empenhados na investigação e no ensino e da população da Marinha Grande.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
02/10/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Sendo assim, não podemos deixar de sublinhar e reconhecer desde já que é devida uma palavra formal de agradecimento e de louvor ao empenho dos nossos parceiros na Semana do Design, em primeiro lugar, pelo mérito do seu trabalho e, em segundo lugar, pela excelência do seu contributo na concretização da Semana do Design da Marinha Grande.

Estamos fortemente empenhados em que esta Semana do Design não seja um episódio esporádico, mas sim que se afirme como uma referência nacional nesta área, maximizando a imagem do nosso concelho.

Mas, a nossa ambição é maior, e por isso aproveitamos este momento de agradecimento, para lançar o desafio à POOL-NET, Centimfe, Cefamol e Open para a organização conjunta de um grande evento em 2015 que promova especificamente a Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e de Plásticos.

Tenho a honra de propor à Câmara Municipal a aprovação de um Voto de Louvor aos Parceiros da Semana do Design da Marinha Grande:

*Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande
Associação Nacional da Indústria de Moldes (CEFAMOL)
Associação Nacional de Designers
Associação Portuguesa da Indústria de Plásticos
Centimfe – Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos
Cencal – Centro de Formação Profissional para a Indústria de Cerâmica
Nerlei – Associação Empresarial da Região de Leiria
Instituto Politécnico de Leiria
Escola Superior de Arte e Design
Escola Superior de Tecnologia e Gestão
Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar
Centro para o desenvolvimento rápido e sustentável de produto (CDRSP)
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa
IADE – Instituto de Arte, Design e Empresa
Instituto Superior D. Dinis
EPAMG – Escola Profissional e Artística da Marinha Grande
Alma Design
Iberomoldes
BA – Barbosa & Almeida
Grandesign
Relógio
Turismo Centro de Portugal*

Pelo seu relevante contributo e colaboração na organização, dinamização e sucesso da Semana do Design da Marinha Grande, que muito engradece e prestigia a Marinha Grande e reforça a sua marca de referência e a pujança da sua economia. ”

Antes de ser votado, o assunto mereceu alguns comentários dos membros do executivo.

A **Sr.ª Vereadora Maria João Gomes** questionou o porquê da carta enviada pela POOL-NET a todos os membros do executivo a propósito deste evento.

O **Sr. Presidente** disse que logo que recebeu a carta tentou falar e marcar uma reunião com os Presidentes das duas entidades subscritoras, o que ainda não foi possível por se encontrarem no estrangeiro. Espera fazê-lo logo que regressem. Contudo esclareceu que este voto de louvor não tem que ver com a situação, uma vez que já era sua intenção apresentá-lo nesta reunião.

A **Sr.ª Vereadora Maria João** disse que é bom que o mal-entendido seja esclarecido.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu, em função da carta destas duas entidades, que a Câmara criou desagrado, questionando se há algum argumento que justifique a menção apenas a três entidades, qual o impacto desta situação para o público e para o bom decurso do evento, e como pensa resolver ou remediar esta situação.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que são estranhas as posições do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, pois de início deu apoio ao evento, participou com sugestões, que até foram aceites, e depois passou para uma atitude de hostilidade e com um sentido crítico e não de colaboração. Parece-lhe que a mudança de opinião de algumas pessoas se verificou em função da reunião do CDRSP. Entende que se devem concentrar nas potencialidades da Marinha Grande e não num criticismo absurdo que não conduz a nada. Poderá haver alguma incompreensão da POOL-NET, mas tudo se resolve conversando. A comissão que foi mencionada era a comissão executiva que trabalhou todos os dias, daí que todos aqueles que trabalharam e colaboraram nas reuniões sejam considerados partners. Agora, vem o Sr. Vereador Aurélio dizer que o clima emocional e motivacional está fragilizado, quando aquilo que devemos ter é uma reacção pró-ativa. Amanhã é a inauguração do Design Center, que será um evento que encherá de orgulho a Marinha Grande. Todas as intervenções que a Câmara Municipal pode fazer no tecido empresarial e para o produto são importantes, e o design é também importante, tal como é importante a Semana dos Moldes.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** disse que também recebeu a carta, e que espera que o Sr. Presidente reúna com os signatários da mesma e que depois o esclareça. Lamenta que o Sr. Vereador Aurélio Ferreira em vez de enaltecer tente denegrir, de forma demagógica e politqueira, uma marca do concelho da Marinha Grande, pois se os próprios marinhenses tomam estas posições então o que farão os que estão de fora da terra? É caso para dizer, tal como o ditado popular, que com amigos destes não precisamos de inimigos.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** esclareceu que sempre foi um defensor deste projeto, logo no seu programa eleitoral, e ainda bem que a Câmara fez este evento, para o qual está totalmente disponível, tal como sempre esteve desde a primeira hora, seja como Vereador seja como empresário. Parece-lhe complicado receber uma carta destas, uma vez que os termos utilizados são violentos, vindos das associações empresariais da nossa terra, daí que tenha que haver algo de muito grave. Não quer ser derrotista, quer que o êxito seja o

melhor, mas entende que esta carta nunca deveria ter existido, pelo que se disponibilizou, caso seja necessário, para ajudar a resolver a situação.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que também ficou preocupado com a carta, mas é lógico que tem que se conversar, porque não houve qualquer intenção da Câmara para ostracizar seja quem for, porque são associações que merecem a maior credibilidade. Por outro lado, para lá da preocupação, também ficou feliz, pois esta carta é prova do valor da iniciativa para estas associações, contrariando assim alguns setores. Julga que terá havido alguma incompreensão, pela qual a Câmara terá que apresentar as suas desculpas.

A **Sr.ª Vereadora Maria João** informou que o + Concelho irá responder à carta, dizendo que foi discutida nesta reunião e que estão a ser envidados todos os esforços para resolver a situação.

O **Sr. Presidente** disse que agradece a colaboração de todos para resolver a situação e não criar mais atritos, e que ele tudo fará para resolver todos os problemas e para que a Semana do Design seja um sucesso.

Aproveitou para anunciar que durante a Semana do Design os Museus da Marinha Grande terão entrada gratuita.

De seguida pôs a votação o voto de louvor que apresentou.

Este voto de louvor foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Assunto: Design Center

Todos nós (Presidente e Vereadores) tivemos acesso à comunicação da POOL-NET, CEFAMOL, CENTIMFE e OPEN a propósito do evento DESIGN CENTER cujo conteúdo manifesta um desagrado pela organização e pela aparente omissão do “estatuto de organizador ou co-organizador” por parte destas entidades.

Pretendeu a camara que o Design Center fosse “um evento orientado para a promoção da comunicação e interação entre profissionais, empresários e estudantes da área do design e da indústria”. Mas consegue discriminar as associações profissionais, esquecendo a importância infraestrutural, estratégica e de divulgação, que o cluster da engineering & tooling e a engenharia de produto representa para a nossa terra e para o nosso país. Apesar do envolvimento e da determinação destas organizações (que eu testemunhei na primeira reunião de 10 de janeiro) a Camara não reconhecendo esta colaboração, conseguiu criar um descontentamento na associação da indústria de moldes e na principal entidade gestora de Engineering & Tooling, a Pool-net. Foi ainda mais longe não dignificando as entidades onde é associada (Centimfe e Open), não se ajustando aos horários da actividade empresarial, tal como sucedera na reunião da CDRSP. Aliás há quem questione o fundamento dessa reunião se nada do que lá foi discutido teve qualquer desenvolvimento.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 02/10/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Neste particular parece-me que a eventual desconsideração foi extensível aos órgãos de comunicação social locais que apesar de serem os mais próximos aos cidadãos da nossa cidade, em devido tempo já manifestaram “o repúdio pela conduta da autarquia”.

Pergunto ao Sr. Presidente o que se lhe oferece dizer sobre o assunto?

Há algum argumento que justifique a opção do Município pela identificação apenas de 3 entidades organizadoras, entre as quais uma empresa, em detrimento da associação das empresas do sector?

Como é que dirige a organização de uma iniciativa destas e não acautela que os principais parceiros do processo se sintam envolvidos e reconhecidos pelo trabalho que desempenharam?

Quais as expectativas que tem sobre a iniciativa quando os principais responsáveis pelas associações representativas do sector se manifestam desta maneira?

Qual considera ser o impacto desta situação no público que estará presente no evento?

Se estamos a fazer este evento para as empresas e para as associações, que devia agregar e engrandecer, é lamentável que tenhamos conseguido fragilizar alguns parceiros.

Como pensa remediar esta situação?”

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 21, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2014

760 - Presente a ata n.º 21, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 18 de setembro de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 22, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2014

Assunto retirado da ordem do dia.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
02/10/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

**4 - REQ. N. 1999/11, DATADO DE 29/09/2011 – PC N.º 371/11, DATADO DE 29/09/2011 –
COMPOSTOS-LIS ALIMENTOS COMPOSTOS PARA ANIMAIS, LDA**

761 - Presente requerimento n.º 1999/11, datado de 2011/09/29, constante do processo camarário n.º 371/11, subscrito por **COMPOSTOS LIS – ALIMENTOS COMPOSTOS PARA ANIMAIS, LDA.**, com o NIPC n.º 502409380, com sede na Rua Maria Elisa, n.º 1500, lugar de Casalito, freguesia de Amor, concelho de Leiria, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de uma instalação de armazenagem de gases de petróleo liquefeitos (GPL) – Classe A1*”, incidente sobre um prédio rústico, sito na Quinta do Fagundo, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 1248, e inscrito na respetiva matriz sob o número 10078.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/09/24, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido relativo à obra de “*Construção de uma instalação de armazenagem de gases de petróleo liquefeitos (GPL) – Classe A1*”, incidente sobre um prédio rústico, sito na Quinta do Fagundo, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 1248, e inscrito na respetiva matriz sob o número 10078, com o número de processo 371/11, com data de entrada em 2011/09/29, apresentado por **COMPOSTOS LIS - ALIMENTOS COMPOSTOS PARA ANIMAIS, LDA.**, com o NIPC n.º 502409380, com sede na Rua Maria Elisa, n.º 1500, lugar de Casalito, freguesia de Amor, concelho de Leiria, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos necessários ao normal funcionamento do equipamento.

Mais delibera INFORMAR o requerente que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 18.º da Portaria n.º 1515/2007, de 30 de novembro, aditado à Portaria n.º 1188/2003, de 10 de outubro, a instalação em causa encontra-se apenas sujeita a vistoria final prevista no seu artigo 14.º, devendo ser requerida à entidade licenciadora, logo que devidamente concluída a respetiva instalação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**5 - REQ. N. 2206/11, DATADO DE 26/10/2011 – PC N.º 406/11, DATADO DE 26/10/2011 –
MORAIS MATIAS, S.A.**

762 - Presente requerimento n.º 2206/11, datado de 2011/10/26, constante do processo camarário n.º 406/11, subscrito por **MORAIS MATIAS, S.A.**, com o NIPC n.º 500197024, com sede na Travessa José Domingues Eduardo, n.º 2, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de *“Renovação da licença de exploração de uma instalação de armazenagem de gases de petróleo liquefeitos (GPL) – Classe A2”*, incidente sobre um prédio urbano, sito na Travessa José Domingues Eduardo, n.º 2, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 19386, e inscrito na respetiva matriz sob o número 2924.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/09/23, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido relativo à *“Renovação da licença de exploração de uma instalação de armazenagem de gases de petróleo liquefeitos (GPL) – Classe A2”*, incidente sobre um prédio urbano, sito na Travessa José Domingues Eduardo, n.º 2, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 19386, e inscrito na respetiva matriz sob o número 2924, com o número de processo 406/11, com data de entrada em 2011/10/26, apresentado por **MORAIS MATIAS, S.A.**, com o NIPC n.º 500197024, com sede na Travessa José Domingues Eduardo, n.º 2, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos necessários ao normal funcionamento do equipamento.

Mais delibera INFORMAR o requerente que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º da Portaria n.º 1515/2007, de 30 de novembro, aditado à Portaria n.º 1188/2003, de 10 de outubro, a instalação em causa encontra-se apenas sujeita a vistoria final prevista no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de novembro, devendo ser requerida à entidade licenciadora, logo que devidamente concluída a respetiva instalação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 1256/14, DATADO DE 20/08/2014 – PC N.º 115/13, DATADO DE 23/04/2013 - TRANSOGAS – SOCIEDADE DE TRANSPORTES, ÓLEO E COMBUSTÍVEIS, LDA

763 - Presente pedido com o registo n.º 1256/14, datado de 20/08/2014 relativo a licenciamento de alterações a realizar em obra, titulada pelo alvará de licença de construção n.º 67/14, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3184 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 12487, da

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
02/10/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 115/13, com data de entrada de 23/04/2013, apresentado por **TRANSOGÁS - SOCIEDADE DE TRANSPORTES, ÓLEOS E COMBUSTÍVEIS, LDA**, com o NIPC 500 287 090, com sede na Rua vinte e um, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo processo inicial foi aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara de 11/06/2013.

Presente informação técnica, datada de 24/09/2014, que atesta encontrar-se o pedido em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alterações a realizar em obra, titulada pelo alvará de licença de construção n.º 67/14, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3184 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 12487, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 115/13, com data de entrada de 23/04/2013, apresentado por **TRANSOGÁS - SOCIEDADE DE TRANSPORTES, ÓLEOS E COMBUSTÍVEIS, LDA**, com o NIPC 500 287 090, com sede na Rua vinte e um, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo processo inicial foi aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara de 11/06/2013.

Mais delibera INFORMAR o requerente que a emissão da licença de exploração fica sujeita à realização da vistoria final a que se refere o n.º 5 do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei 217/21012, de 9 de outubro, a qual deve ser requerida pelo promotor, após execução da instalação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 1359/14, DATADO DE 15/09/2014 – PC N.º 1156/14, DATADO DE 24/02/2014 - MARIA MÓNICA FELÍCIA DE SOUSA PECEGO SALGUEIRO

764 - Presente pedido com o registo n.º 1359/14, datado de 15/09/2014 relativo a **legalização e alteração de edifício destinado a comércio e habitação**, sito na Av. José Gregório, n.º 133 A, Cruzes, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15323 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2306, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 56/14, com data de entrada de 24/02/2014, apresentado por **MARIA MÓNICA FELÍCIA DE SOUSA PECEGO SALGUEIRO**, com o NIF 161612687, residente na Av. José Gregório, n.º 133 A, Cruzes, Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 19/06/2014;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 02/10/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Presente informação técnica, datada de 19/09/2014, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de ser aceites.

Presente informação técnica, datada de 23/09/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização e alteração de edifício destinado a comércio e habitação, sito na av. José Gregório, n.º 133 A, Cruzes, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15323 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2306, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 56/14, com data de entrada de 24/02/2014, apresentado por Maria Mónica Felícia de Sousa Pecego Salgueiro, com o NIF 161612687, residente na Av. José Gregório, n.º 133 A, Cruzes, Marinha Grande.

Mais delibera INFORMAR a requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

4.- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 1191/14, DATADO DE 08/08/2014 – PC N.º 163/14, DATADO DE 15/05/2014 – HELENA GIL RIBEIRO – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE

765 - Presente requerimento n.º 1191/14, datado de 2014/08/08, constante do processo camarário n.º 163/14, subscrito por HELENA GIL RIBEIRO – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE, com o NIF n.º 740539540, com domicílio fiscal em Rua dos Eucaliptos, n.º 16, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento da *“Legalização da alteração e ampliação de habitação unifamiliar”*, incidente sobre um prédio urbano sito na Travessa do Cardal, n.º 4, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3.118 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 2.337.

Presentes pareceres técnicos dos serviços, datados de 2014/09/03 e de 2014/09/15, referentes, respetivamente, aos projetos de arquitetura e das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da *“Legalização da alteração e ampliação de habitação unifamiliar”*, incidente sobre um prédio urbano sito na Travessa do Cardal, n.º 4, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3.118 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 2.227, com o número de processo 163/14, com data de entrada em 2014/05/15, apresentado por HELENA GIL RIBEIRO – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE, com o NIF n.º 740539540, com domicílio fiscal em Rua dos Eucaliptos, n.º 16, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Instalação do recetáculo postal domiciliário executada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.
2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera INFORMAR o requerente:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**9 - REQ. N. 1320/14, DATADO DE 03/09/2014 – PC N.º 155/14, DATADO DE 09/05/2014 –
JORGE MANUEL DINIS GOMES**

766 - Presente pedido com o registo n.º 1320/14, datado de 03/09/2014 relativo ao licenciamento da construção de um edifício de habitação unifamiliar e muros, a executar na rua do Olheirão, Moita, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1719 e inscrito na matriz predial rústica sob os artigos n.º 1923 e 1929, da freguesia da Moita e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 155/14, com data de entrada de 09/05/2014, apresentado por JORGE MANUEL DINIS GOMES, com o NIF 196 149 622, residente na travessa das Baixas, n.º 3, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 14/08/2014;

Presente informação técnica, datada de 09/09/2014, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de ser aceites.

Presente informação técnica, datada de 23/09/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a licenciamento da construção de um edifício de habitação unifamiliar e muros, a executar na rua do Olheirão, Moita, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1719 e inscrito na matriz predial rústica sob os artigos n.º 1923 e 1929, da freguesia da Moita e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 155/14, com data de entrada de 09/05/2014, apresentado por Jorge Manuel Dinis Gomes, com o NIF 196 149 622, residente na travessa das Baixas, n.º 3, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera INFORMAR o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de

construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

4 – Deverá solicitar aos serviços de Águas e Saneamento a ligação da rede de água e rede de águas residuais domésticas às redes públicas respetivas existentes na rua do Olheirão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 1379/14, DATADO DE 18/09/2014 – PC N.º 449/13, DATADO DE 04/12/2013 – IMOBILIÁRIA PONTO NOVO, S.A.

767 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 1379/14, de 2014/09/18, referente aos projetos das especialidades do processo n.º 449/13, registado em 2013/12/04, com vista ao licenciamento (legalização) de obras de ampliação e alteração da moradia e de obras de construção de anexo, realizadas na moradia sita na Rua Carlos da Silva Couceiro, n.º 24, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Civil de Marinha Grande sob o n.º 6335 e na matriz urbana sob o n.º 17600, apresentado por IMOBILIÁRIA PONTO NOVO S.A., com o NIPC 503537292, com sede na Rua da Índia n.º 15, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado na Reunião de Câmara de 2014/04/16.

Presente projeto de estabilidade, devidamente instruído com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2014/09/26, que atesta encontrar-se, o processo, em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

Após a análise do pedido de licenciamento (legalização) de obras de ampliação e alteração da moradia e de obras de construção de anexo, realizadas na moradia sita na Rua Carlos da Silva Couceiro, n.º 24, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Civil de Marinha Grande sob o n.º 6335 e na matriz urbana sob o n.º 17600, apresentado por IMOBILIÁRIA PONTO NOVO S.A., com o NIPC 503537292, com sede na Rua da Índia n.º 15, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 2014/04/16 e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, DEFERIR o mesmo.

Mais delibera INFORMAR o requerente do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande - RMEUMMG, em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

3- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 9/11, DATADO DE 05/01/2011 – PC N.º 210/09, DATADO DE 24/09/2009 – IMA – IMOBILIÁRIA MARINHENSE, LDA.

768 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 9/11, datado de 2011/01/05, constante do processo camarário n.º 210/09, inerente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de um edifício habitacional*”, a incidir em dois prédios, um urbano e outro rústico, sitos no lugar de Outeiros da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os n.ºs 3150 e 3149, e inscritos nas matrizes sob os artigos n.ºs 1602 e 1998, respetivamente, da freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, apresentado por IMA – IMOBILIÁRIA MARINHENSE, LDA., com o NIPC n.º 501548777, com sede na Rua Diogo Stephens, n.º 1, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/09/16, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “*Construção de um edifício habitacional*”, incidente em dois prédios, um urbano e outro rústico, sitos no lugar de Outeiros da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os n.ºs 3150 e 3149, e inscritos nas matrizes sob os artigos n.ºs 1602 e 1998, respetivamente, da freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, com o número de processo 210/09, com data de entrada em 2009/09/24, apresentado por IMA – IMOBILIÁRIA MARINHENSE, LDA., com o NIPC n.º 501548777, com sede na Rua Diogo Stephens, n.º 1, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2014/09/16, a Câmara Municipal delibera notificar o requerente, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de

indeferimento da pretensão, nos termos da alínea *a)* do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente o n.º 9 do artigo 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande em vigor, por falta de verificação do cumprimento do Índice de Construção Bruto definido para a zona (0,5) – “*Área Envolvente do Aglomerado Urbano da Vieira de Leiria*”, dado a área total de construção proposta para o edifício a construir (1.820,95m²) exceder a área máxima permitida para os prédios em causa (1.109,00m²), bem como pelo incumprimento da Densidade Habitacional Máxima aplicável (25 fogos/ha), dado o número de fogos proposto (9 fogos) exceder o número máximo de fogos permitidos para os prédios em causa (5 fogos).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N. 1349/14, DATADO DE 11/09/2014 – PC N.º 411/2014, DATADO DE 11/09/2014
– ALBINO JOSÉ SILVA MARQUES

769 - Presente requerimento registado sob o n.º 1349/14, datado de 11/09/2014, apresentado por ALBINO JOSÉ SILVA MARQUES, com o NIF 138980284, residente em Rua Dr. Pedro Viana, n.º 24, 3.º andar direito, freguesia e concelho de Marinha Grande, respeitante a um pedido de vistoria à fração “A”, da qual é proprietário, e à cobertura do edifício, de forma a verificar as condições de segurança e salubridade, elencando um conjunto de deficiências que entende existirem.

Presente parecer dos serviços, datado de 29/09/2014, sobre o assunto.

Após análise pedido e da informação datada de 29/09/2014, a Câmara Municipal delibera:

Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA à fração “A” e à cobertura do edifício sito em Rua Dr. Pedro Viana, n.º 24, freguesia e concelho de Marinha Grande, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, nomeadamente existência de caleira apodrecida, telhas partidas. Deverá ainda proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas.

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 15/10/2014, pelas 10h30m, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
02/10/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Membros efetivos:

**Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Vasco Fernandes**

Membros suplentes:

**Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Dra. Eunice Marques**

Informar o requerente e a administração do condomínio do referido prédio que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, a administração do condomínio do referido prédio, poderá indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**13 - REQ. N. 1314/14, DATADO DE 02/09/2014 – PC N.º 304/14, DATADO DE 02/09/2014
– FERNANDO OLIVEIRA**

770 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1314/14, de 02/09/2014, apresentado por **FERNANDO OLIVEIRA** com o NIF 164758976, residente em Rua das Rosas, n.º 25, freguesia e concelho de Marinha Grande, **a solicitar a autorização de utilização** para o edifício destinado a habitação, objeto de obras tituladas pelo Alvará n.º 56/96, cuja construção foi licenciada ao abrigo do processo de construção n.º 349/93.

Presente parecer técnico datado 26/09/2014, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 2 do artigo 64.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em RUA DAS ANDORINHAS, N.º 72, R/C, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de FERNANDO OLIVEIRA com o NIF 164758976, residente em Rua das Rosas, n.º 25, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos

**Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra**

2) Membros suplentes
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 1369/14, DATADO DE 16/09/2014 – PC N.º 213/13, DATADO DE 10/07/2013 – AFONSO MANUEL ROLDÃO

771 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1369/14, de 16/09/2014, apresentado por **AFONSO MANUEL ROLDÃO** com o NIF 117852040, residente em Av. 1.º de Maio, n.º 161, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício destinado a armazém, objeto de obras de legalização da construção de edifício de armazém e alteração da fachada, no âmbito do processo n.º 213/13.

Presente parecer técnico datado 23/09/2014, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou DESIGNAR a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em AVENIDA ENGR.º ARALA PINTO, N.º 56/58, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de AFONSO MANUEL ROLDÃO com o NIF 117852040, residente em Av. 1.º de Maio, n.º 161, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra

2) Membros suplentes
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Tomé Braz

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**15 - REQ. N. 860/10, DATADO DE 16/04/2010 – PC N.º 219/07, DATADO DE 29/03/2007
– EUROMARINHA – COMPRA E VENDA E ADMINISTRAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, LDA**

772 - Presente pedido de licenciamento referente à "*Operação de loteamento urbano com obras de urbanização*", a que foi atribuído o número de processo 219/07, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua do Bico, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8838 e inscrito na matriz sob o artigo n.º 6009 da respetiva freguesia, apresentado por EUROMARINHA – COMPRA VENDA E ADMINISTRAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, LDA., com o NIPC n.º 504324101, com sede na Rua do Lameiro, n.º 29 – Loja 5 – Ed. Palmeira, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 2014/09/25.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2014/09/25, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1. Considerando que a interessada, EUROMARINHA – COMPRA VENDA E ADMINISTRAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, LDA., com o NIPC n.º 504324101, com sede na Rua do Lameiro, n.º 29 – Loja 5 – Ed. Palmeira, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande foi notificado da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à "*Operação de loteamento urbano com obras de urbanização*", a que foi atribuído o número de processo 219/07, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua do Bico, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 2010/06/09, comunicada através do ofício n.º 675/10, de 2010/06/15, rececionado em 2010/06/21;
2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2011/06/22 (n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro;
3. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – alínea b) n.º 1 do artigo 71.º do RJUE;

4. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente à *"Operação de loteamento urbano com obras de urbanização"*, a que foi atribuído o número de processo 219/07, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua do Bico, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8838 e inscrito na matriz sob o artigo n.º 6009, delibera, ao abrigo do n.º 5 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar, a firma requerente EUROMARINHA – COMPRA VENDA E ADMINISTRAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, LDA., com o NIPC n.º 504324101, com sede na Rua do Lameiro, n.º 29 – Loja 5 – Ed. Palmeira, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N. 814/12, DATADO DE 11/05/2014 – PC N.º 128/10, DATADO DE 31/05/2010 – ACÁCIO DA SILVA SANTOS

773 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de *"Construção de uma moradia e muros de vedação"*, a que foi atribuído o número de processo 128/10, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Manuel Balseiro Guerra, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, apresentado ACÁCIO DA SILVA SANTOS, com o NIF 237938030, com residência na Rua do Vale da Ribeira, n.º 30, lugar de Pêro Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 2014/09/17.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2014/09/17, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1. Considerando que o interessado, Acácio da Silva Santos, com o NIF 121081591, com residência na Rua I, n.º 23, Talhões, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, foi notificado da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de *"Construção de uma moradia e muros de vedação"*, a que foi atribuído o número de processo 128/10, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Manuel Balseiro Guerra, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 2011/03/24, comunicada através do ofício n.º 389/11, de 2011/05/16, rececionado em 2011/05/23;

2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2012/05/24 (n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro;
3. Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido do interessado, por mais um ano, por despacho datado de 2012/05/18, nos termos do n.º 2 do art. 76.º do RJUE, comunicado ao interessado pelo ofício n.º 469/12, de 2012/05/22 e rececionado em 2012/05/24;
4. Considerando que o interessado tinha até ao dia 2013/05/24 para requerer a emissão do respetivo alvará, sem que até à data o tenha feito;
5. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
6. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente à obra de construção de uma moradia e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 128/10, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Manuel Balseiro Guerra, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2948 e inscrito na matriz sob o n.º 5413, da referida freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar, o requerente ACÁCIO DA SILVA SANTOS, com o NIF 237938030, com residência na Rua do Vale da Ribeira, n.º 30, lugar de Pêro Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 962/14, DATADO DE 26/06/2014 – PC N.º 458/11, DATADO DE 13/12/2011 – ANTÓNIO SALVADOR OLIVEIRA DA ROCHA

774 - Presente requerimento n.º 962/14, datado de 26 de junho de 2014, de ANTÓNIO SALVADOR OLIVEIRA DA ROCHA, titular do processo de construção com obras de urbanização, com o n.º 458/11, para o qual foi emitido o alvará de construção n.º 82/12, em 05/09, incidente sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 16279, e inscrito na matriz urbana sob o n.º 1293 da respetiva

freguesia, localizado em Rua Central do Moinho de Cima, da Freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a receção provisória das infraestruturas – requalificação de arruamento - e a redução da caução prestada para garantir a sua boa execução.

Presentes documentos e informações técnicas que recaíram sobre o referido requerimento.

Após análise da pretensão do requerente, ANTÓNIO SALVADOR OLIVEIRA DA ROCHA, titular do processo de construção com obras de urbanização, com o n.º 458/11, para o qual foi emitido o alvará de construção n.º 82/12, em 05/09, incidente sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 16279, e inscrito na matriz urbana sob o n.º 1293 da respetiva freguesia, localizado em Rua Central do Moinho de Cima, da Freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a receção provisória das infraestruturas – requalificação de arruamento - e a redução da caução prestada para garantir a sua adequada execução e das informações técnicas que se pronunciaram sobre o assunto, a Câmara delibera:

1. DEFERIR, ao abrigo do n.º 1 do artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro – RJUE - o pedido de receção provisória das infraestruturas realizadas, designadamente requalificação de arruamento, por as mesmas terem sido executadas de acordo com o projeto aprovado e com as telas finais, entregues pelo requerente em 26 de junho de 2014;
2. DEFERIR, ao abrigo do n.º 5 do artigo 54.º do RJUE, a redução da caução, prestada em numerário, por depósito na Tesouraria da CMMG, no valor de 5.133,07 € (cinco mil, cento e trinta e três euros e sete cêntimos), conforme Guia 1/ 600/ 12469/ 2012, de dia 01 de agosto, com vista a garantir a adequada execução das infraestruturas, ficando o restante valor, no montante de 513,38€ (quinhentos e treze euros e trinta e oito cêntimos), retido até à receção definitiva das infraestruturas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 840/14, DATADO DE 05/06/2014 – PC N.º 88/10, DATADO DE 30/04/2010 – JOAQUIM ALVES DA CRUZ, LDA

775 - Presente requerimento n.º 840/14, datado de 5 de junho de 2014, de JOAQUIM ALVES DA CRUZ, L.DA, titular do processo de construção com obras de urbanização, com o n.º 88/10, para o qual foi emitido o alvará de construção n.º 41/11, em 18/05, incidente sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 12127, e inscrito na matriz urbana sob o n.º 1388 da respetiva freguesia, localizado em Rua da Beira Baixa, Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a receção

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
02/10/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

provisória das infraestruturas – requalificação de arruamento - e a redução da caução prestada para garantir a sua boa execução.

Presentes documentos e informações técnicas que recaíram sobre o referido requerimento.

Após análise da pretensão da requerente, JOAQUIM ALVES DA CRUZ, L.DA, titular do processo de construção com obras de urbanização, com o n.º 88/10, para o qual foi emitido o alvará de construção n.º 41/11, em 18/05, incidente sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 12127, e inscrito na matriz urbana sob o n.º 1388 da respetiva freguesia, localizado em Rua da Beira Baixa, Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a receção provisória das infraestruturas – requalificação de arruamento - e a redução da caução prestada para garantir a sua boa execução e das informações técnicas que se pronunciaram sobre o assunto, a Câmara delibera:

1. Indeferir, ao abrigo do n.º 1 do artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro – RJEU - o pedido de receção provisória das infraestruturas realizadas, designadamente requalificação de arruamento, por as mesmas não terem sido executadas de acordo com o projeto aprovado em reunião de Câmara de 07-04-2011;
2. Notificar a requerente para apresentar, no prazo de trinta dias, o projeto de alteração das obras de urbanização, devidamente conciliado com o projeto de arquitetura aprovado.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQ. N. 1387/14, DATADO DE 19/09/2014 – PC N.º 95/13, DATADO DE 12/04/2013 – VANGEST – ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A.

776 - Presente pedido com o registo n.º 1387/14, datado de 2014/09/19 solicitando a emissão de certidão para efeitos de constituição de propriedade horizontal, nos termos previstos no artigo 1414.º e seguintes do Código Civil, do prédio sito na rua de Leiria n.º 210-A, Embra, Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14864 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 10997, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de comunicação prévia n.º 95/13, com data de entrada de 12/04/2013, apresentado por VANGEST - ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A., com o NIPC 503 536 725, com sede na estrada de Leiria, n.º 210 - Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, cuja admissão foi aceite por despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 21 de maio de 2013, com as alterações em obra apresentadas com o requerimento n.º 183/14, de 04/02/2014 e admitidas

por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 10/03/2014 e com o alvará de autorização de utilização n.º 73, de 15/09/2014.

Presente parecer técnico dos serviços que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 66.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 66.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido emissão de certidão para efeitos de constituição de propriedade horizontal, nos termos previstos no artigo 1414.º e seguintes do Código Civil, do prédio sito na rua de Leiria n.º 210-A, Embra, Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14864 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 10997, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de comunicação prévia n.º 95/13, com data de entrada de 12/04/2013, apresentado por VANGEST - ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A., com o NIPC 503 536 725, com sede na estrada de Leiria, n.º 210 - Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, cuja admissão foi aceite por despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 21 de maio de 2013, com as alterações em obra apresentadas com o requerimento n.º 183/14, de 04/02/2014 e admitidas por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 10/03/2014 e com o alvará de autorização de utilização n.º 73, de 15/09/2014.

Delibera, igualmente, mandar EMITIR a certidão requerida, nos termos em que a mesma é solicitada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - ACEITAÇÃO DA SEXTA E ÚLTIMA FASE DO PROCESSO DE EXECUÇÃO DE CARTOGRAFIA NUMÉRICA VETORIAL E ORTOFOTOCARTOGRAFIA À ESCALA 1/2000 (MODELO NUMÉRICO TOPO-CARTOGRÁFICO).

777 - No âmbito do processo de aquisição nº 14/09 – AP/DOPU, foi adjudicada à empresa Geoglobal, Sistemas de Informação Geográfica, Lda., a Execução de Cartografia Numérica Vetorial e Ortofotocartografia à escala 1/2000, para uma área respeitante a 5065 ha do concelho da Marinha Grande.

Após a entrega do principal produto da sexta e última fase do processo de produção da cartografia – o Modelo Numérico Topográfico (MNT) pela Geoglobal, Sistemas de Informação Geográfica, Lda., este produto cartográfico foi submetido ao processo de homologação junto da Autoridade Nacional da Cartografia – o Instituto Geográfico

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 02/10/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Português (atual Direção-Geral do Território), tendo sido homologado por despacho dessa entidade datado de 29 de julho de 2013 (Anexo I).

O outro produto resultante da última fase do processo de produção cartográfica, o Modelo Numérico Topo-Cartográfico (MNTC) também foi submetido ao processo de homologação junto da DGT, tendo sido igualmente homologado por despacho dessa entidade datado de 1 de setembro de 2014 (Anexo II).

Desta forma, dão-se por concluídos todos os trabalhos inerentes ao processo de aquisição nº 14/09 – AP/DOPU – Execução de Cartografia Numérica Vetorial e Ortofotocartografia à escala 1/2000.

De forma a dar cumprimento ao disposto na cláusula 11ª do contrato e ao disposto no caderno de encargos referente ao processo de Execução de Cartografia Numérica Vetorial e Ortofotocartografia à escala 12000, Parte I – Cláusulas Jurídicas, cláusula 8.ª, cabe à Câmara Municipal a aceitação da sexta e última fase do processo de Execução de Cartografia Numérica Vetorial e Ortofotocartografia à escala 1/2000 (Modelo Numérico Topo-Cartográfico).

A Câmara, no uso da competência prevista na alínea f) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e ainda de acordo com a cláusula 11ª do contrato e com a cláusula 8ª do Caderno de Encargos – Cláusulas Jurídicas, delibera aceitar a sexta fase do processo de produção cartográfica à escala 1/2000 (Modelo Numérico Topo-Cartográfico).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

778 - O Sport Império Marinhense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para baile, a realizar no dia 4 de outubro de 2014;
- Licença especial de ruído para noite de Karaoke, a realizar no dia 12 de outubro de 2014;
- Licença especial de ruído para música ao vivo, a realizar nos dias 18 e 26 de outubro de 2014;

A Sociedade Instrutiva e Recreativa 1º de Dezembro, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização Bar Concerto com a banda “Apartirtudo” no dia 11 de outubro de 2014;
- Publicidade alusiva ao evento.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
02/10/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

A Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização da festa em honra de Nossa Senhora do Rosário nos dias 10, 11 e 12 de outubro de 2014;
- Licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado para o evento;
- Autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal;

Presentes informações nºs 72/DD, 73/SN e 74/SN de 24 de Setembro e 29 de Setembro de 2014, respetivamente, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar o Sport Império Marinhense, a Sociedade Instrutiva e Recreativa 1ª de Dezembro e a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, da licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado para o evento, da autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal e da licença para colocação de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - EMPREITADA DE: REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DE ESCOURA - CONCURSO PÚBLICO N.º 08/2010. EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO.

779 - O Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, veio estabelecer um regime excecional e temporário de liberação das cauções prestadas para garantia da execução dos contratos de empreitada de obras públicas, com vista a diminuir os custos e os sacrifícios acrescidos para as estruturas financeiras das empresas.

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e do n.º 5 do artigo 3.º, do Decreto-Lei 190/2012, de 22 de agosto, a extinção parcial das cauções prestadas no âmbito de um contrato de empreitada de obras públicas depende da realização de vistoria, da qual se lavra auto que deve declarar, se for o caso, que não existem defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto e tendo em conta o teor do respetivo auto de vistoria, delibera autorizar a liberação parcial da caução prestada no âmbito da empreitada de “Rede de águas residuais domésticas de Escoura – Concurso público n.º 08/2010, em 30 % do seu valor.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

23 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA – CEDÊNCIA 74,00M2 DE TERRENO DE HERDEIROS DE JOSÉ OLIVEIRA NETO

780 - Para a requalificação da Rua da Panificadora, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborada ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio urbano propriedade dos herdeiros de José Oliveira Neto, Contribuinte n.º 101 450 478 representados pela Cabeça de Casal, Maria Celeste da Silva Ferreira, que confronta a Norte com Caminho Público, a Sul com rua de Leiria, a Nascente com Joaquina da Silva Vidigal e a Poente com José de Sousa Pereira, com artigo matricial n.º Uo8633. Os proprietários do imóvel, concordaram com a cedência do terreno (74,00m2) solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a execução do alinhamento do portão existente pelo limite da propriedade a nascente e poente e a execução do muro pelo alinhamento acordado devendo este ser construído antes da demolição do existente de modo a que a propriedade não fique devassada.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 74,00m2, do prédio de que são proprietários os herdeiros de José Oliveira Neto, representados pela Cabeça de Casal, Maria Celeste da Silva Ferreira, com artigo matricial n.º. Uo8633, que confronta a Norte com Caminho Público, a Sul com João de Oliveira Neto, a Nascente com Joaquina da Silva Vidigal e a Poente com José de Sousa Pereira, para requalificação da Rua da Panificadora, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se a executar o alinhamento do portão existente pelo limite da propriedade a nascente e poente e a execução do muro pelo alinhamento acordado devendo este ser construído antes da demolição do existente de modo a que a propriedade não fique devassada, conforme consta da ficha anexa (Anexo 4) elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pela proprietária e pelo Vereador Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo a proprietária, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE UM PRÉDIO URBANO SITO NA FREGUESIA DA MARINHA GRANDE

781 - Considerando que o prédio urbano, com 1.692,50 metros quadrados, sito na Rua das Rosas, Pedra de Baixo, se encontra inscrito a favor deste Município, conforme resulta da descrição e inscrições em vigor na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12874/050100 e da caderneta predial urbana correspondente ao artigo 15433, que se anexam.

Considerando que o orçamento da receita de 2014, aprovado pela Assembleia Municipal, contém previsão expressa relativa à alienação do prédio urbano identificado.

Considerando que, no orçamento da receita, foi determinada uma base mínima de 50.000,00 euros.

Considerando que deve ser assegurada a execução do orçamento da receita, de modo a satisfazer as necessidades públicas a cargo do Município.

Considerando que compete à Câmara Municipal promover a alienação de bens imóveis de valor até 1000 vezes a Remuneração Mínima Mensal Garantida, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea g), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Considerando que é obrigatório promover a alienação de bens imóveis através de hasta pública.

Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea g), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alienar, em hasta pública, o prédio urbano descrito sob o n.º 12874/050100 na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 15433, nos seguintes termos:

- 1. A hasta pública deve ser publicitada, com a antecedência mínima de quinze dias contínuos, num jornal local, no sítio de internet do Município e através de editais a afixar nos lugares de estilo.**
- 2. O valor base de licitação é de 50.000,00 euros (cinquenta mil euros).**
- 3. As propostas devem ser apresentadas em sobrescrito fechado, identificando-se no exterior do mesmo o nome e o prédio a alienar, que, por sua vez, é encerrado num**

segundo sobrescrito dirigido ao presidente da Comissão, devem ser endereçados ao Município da Marinha Grande, Praça Guilherme Stephens, 2430-522 Marinha Grande.

4. As propostas podem ser entregues pessoalmente ou enviadas por correio, sob registo, devendo ser elaborada lista das propostas apresentadas ordenada de acordo com a respetiva apresentação.

5. As propostas a apresentar devem indicar um valor para arrematação do imóvel superior à base de licitação e tendo como padrão o valor do lance mínimo e respetivos múltiplos.

6. A apresentação das propostas referidas no n.º anterior deve ocorrer até às 17:00 horas do dia útil imediatamente anterior à data da realização da hasta pública.

7. A praça realiza-se pelas 10:00 horas, no Salão Nobre do Município da Marinha Grande, sito na Praça Guilherme Stephens, no dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação de propostas em sobrescrito fechado.

8. A praça inicia-se com a abertura das propostas recebidas, se existirem, havendo lugar a licitação, a partir do valor da proposta mais elevada, ou, se não existir qualquer proposta, a partir do valor base de licitação.

9. Podem intervir na praça os interessados ou seus representantes, devidamente identificados, e, no caso de pessoas coletivas, habilitados com poderes bastantes para arrematar, independentemente da apresentação de proposta em sobrescrito fechado.

10. O valor do lance mínimo é fixado em 500,00 euros.

11. A licitação termina quando o presidente da comissão tiver anunciado por três vezes o lance mais elevado e este não for coberto.

12. Se não tiver havido apresentação de propostas válidas, nem licitação, o imóvel pode ser adjudicado provisoriamente a quem, no ato da praça, fizer a melhor oferta de preço não inferior à base de licitação anunciada.

13. Terminados os procedimentos enumerados, o lote é adjudicado provisoriamente pela comissão, a quem tiver oferecido o preço mais elevado, que deverá de imediato proceder ao pagamento de 20% do valor de adjudicação a título de sinal e declarar se a aquisição do imóvel é para pessoa a designar no prazo de dez dias úteis.

14. No final da praça, será elaborado auto de arrematação que deve ser assinado pelos membros da comissão e pelo adjudicatário provisório.

15. O adjudicatário provisório deve apresentar os documentos comprovativos de que se encontra em situação regularizada perante o Estado em sede de contribuições e impostos, bem como relativamente à sua situação contributiva para com a segurança social, no prazo de dez dias úteis a contar da data da adjudicação provisória. A não apresentação dos documentos, por motivo imputável ao adjudicatário provisório, implica a não adjudicação definitiva.

16. A decisão de adjudicação definitiva ou de não adjudicação compete à Câmara Municipal, devendo dela ser notificado o adjudicatário, por carta registada com aviso de receção, no prazo de 30 dias úteis a contar da adjudicação provisória.

17. Pode não haver lugar à adjudicação provisória ou definitiva quando haja fundado indício de conluio entre os proponentes ou qualquer outra causa justificativa.

18. O pagamento da parte restante do preço (80%), deve ser efetuado na data da outorga da escritura pública de compra e venda, a realizar no prazo de sessenta dias úteis a

contar da data da adjudicação definitiva, salvo motivo de força maior. Esgotado este prazo, a arrematação ficará sem efeito perdendo o adjudicatário o valor do sinal pago.

19. Todas as despesas decorrentes da alienação são de conta do adjudicatário.

20. O não cumprimento pelo adjudicatário dos procedimentos ou obrigações antes enunciadas implica a perda de quaisquer direitos eventualmente adquiridos sobre o imóvel, bem como das importâncias já entregues.

21. A prestação de falsas declarações ou a falsificação de documentos apresentados implica a exclusão da hasta pública, bem como a anulação da adjudicação, no caso de o imóvel lhe ter sido adjudicado, perdendo as quantias já entregues, sem prejuízo de participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal.

22. Verificando-se a situação prevista nos n.ºs 20 ou 21, ou quando por outra causa não haja lugar à competente adjudicação definitiva, o imóvel pode ser adjudicado ao interessado que apresentou a proposta ou o lanço de que resultou o valor de arrematação imediatamente inferior, desde que superior à base de licitação.

A alienação fica sujeita às seguintes condições:

1º O comprador compromete-se a apresentar o projeto das obras a realizar, em conformidade com as normas legais e regulamentares em vigor, no prazo de dezoito meses a contar da data de celebração da escritura pública de compra e venda.

2º A alienação ou a oneração do lote de terreno no estado em que se encontra no momento da venda depende de autorização expressa da Câmara Municipal.

3º Caso se verifique incumprimento de qualquer das condições indicadas, o lote reverte para a propriedade do Município, considerando-se resolvido o contrato e não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização.

A comissão que dirige a hasta pública tem a seguinte composição:

Presidente – Inês Marrazes

Vogal – Carlos Duarte

Vogal – Vânia Santos

Suplentes – Álvaro Letra e Eva Costa

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DOS “SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO SELECT DO SOFTWARE BENTLEY, PARA O PERÍODO DE 12 MESES”.

782 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei

n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos

requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego publico e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73.º, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014 e nos art.º 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 14335/2014 e informação SS/06/2014, da DOT – Divisão de Ordenamento do Território, nas quais se manifesta a necessidade de contratação dos ***“Serviços de manutenção Select do software Bentley, para o período de 12 meses”***, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 29/09/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que o serviço requisitante propõe o convite à empresa BENTWARE, INFORMATICA, UNIPessoal, LDA, NIPC 506 769 895, e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2014 para a contratação dos ***“Serviços de manutenção Select do software Bentley, para o período de 12 meses”***, na classificação orgânica/económica 05/020219, ação do PAM 2014/A/83, tendo sido emitido o cabimento n.º 2338/2014, pelos serviços da área de contabilidade.

Considerando que o preço base a aplicar é de 8.810,93€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este não está sujeito a redução remuneratória, conforme se atesta em documentação anexa, atento o preceituado no n.º 9 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, por a quantidade a contratar e o valor a pagar não serem superiores aos de 2013 e ainda pelo facto de os contratos de aquisição de serviços celebrados em 2012 e 2013, com o mesmo objeto, já terem sido objeto de redução remuneratória e obtido o respetivo parecer favorável previstos na disposição legal então em vigor.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a contratação dos ***“Serviços de manutenção Select do software Bentley, para o período de 12 meses”***, por os pagamentos inerentes serem efetuados na íntegra no ano de 2014, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos *“Serviços de manutenção Select do software Bentley, para o período de 12 meses”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE “SERVIÇOS DE PORTARIA PARA O EDIFÍCIO DA RESINAGEM”.

Assunto retirado da ordem do dia.

27 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 02/10/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE "SERVIÇOS DE BILHÉTICA PARA A CASA DA CULTURA - TEATRO STEPHENS"

Assunto retirado da ordem do dia.

28 - ATRIBUIÇÃO DE FOGOS SOCIAIS AOS CANDIDATOS ADMITIDOS, NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL E RESPECTIVO CÁLCULO DAS RENDAS A APLICAR.

783 - Presente informação n.º 1350 da D.C.D., datada de 24 de setembro de 2014, referente à necessidade de se dar continuidade ao realojamento de mais quatro candidatos admitidos no âmbito do procedimento concursal para atribuição de habitações sociais.

Considerando que, nos termos do previsto no artigo 19.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização e das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, a afetação das habitações deve ser efetuada pela ordem constante da lista e, de acordo com as habitações disponíveis e adequadas a cada um dos agregados.

Considerando que, de acordo com informação prestada pela DISU, as habitações sociais em causa já se encontram em condições de serem atribuídas;

Considerando que, a composição dos agregados familiares contemplados nesta fase se adequa às tipologias habitacionais a atribuir;

Considerando que, os candidatos admitidos e convocados nesta fase, todos eles sem exceção aceitaram as habitações que lhes foram propostas,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 1 e 2 do artigo 7.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, atribuir para arrendamento as habitações sociais abaixo indicadas aos seguintes candidatos:

Avenida da Liberdade

BLOCO	MORADOR	FOGO	TIPOLOGIA	REND/14
L	Lucinda Jesus Rosa	R/C Esq.º	T1	21,77€
L	Nancy Rafaela Jorge Duarte	R/C Fte Dto	T2	61,53€
M	Ana Margarida Boiça Pinto Silva	1.º Fte Dto	T3	132,87€
M	Maricel Temciuc	2.º Fte Esq.º	T2	5,06€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 02/10/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Mais delibera que, os valores de renda indicados anteriormente e, calculados nos termos do Decreto-Lei, n.º 166/93, de 7 de maio, entrem em vigor a partir do próximo mês de novembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE AO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO CORRESPONDENTE AO N.º 99, SITO NA RUA ANTÓNIO LOPES, CAMARNAL – AMILCAR MANUEL MATOS SARAIVA - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

784 - Presente informação n.º 1343 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 23 de setembro do corrente ano, referente à necessidade de reapreciação do valor da renda da habitação social, sita na morada em epígrafe.

Considerando que, o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que, ficou demonstrada a alteração de rendimentos do indivíduo em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda pode ser reajustada a todo o tempo, em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder à reapreciação da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Rua António Lopes:

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/14 (NOV.)
Amílcar Manuel Saraiva	99	02/01/2007	4,85€	23,70€

Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 23,70€ (vinte e três euros e setenta cêntimos), calculada nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir de 1 de novembro de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO.

785 - Presente informação n.º 1358/2014 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 25 de setembro, referente à necessidade de atualizar anualmente o valor de algumas rendas de habitação social.

Considerando que, os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar:

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 1 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder em conformidade, sendo os valores de renda a aplicar, a partir de novembro do corrente ano, os constantes nos quadros seguintes:

A PARTIR DE NOVEMBRO:

Rua Adriano Marques Nobre

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/13	RENTA/14
Maria Adelaide Bernardes	24	04/11/2004	4,85€	19,17€
Rui Martins da Silva	45	04/11/2004	144,27€	144,28€
Arminda Jesus Coutinho Dinis	51	04/11/2004	59,45€	59,45€
Lina Alexandra Bessa Pereira	97	04/11/2004	191,50€	230,84€
Graça Maria G. Nascimento	12	04/11/2004	5,06€	5,06€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 02/10/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Rua António Lopes

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/13	RENTA/14
Diamantina Henriques	4	04/11/2004	12,35€	7,12€
Pedro Carmo	29	04/11/2004	17,00€	17,00€
Avelino Santos	35	04/11/2004	4,85€	4,85€
Licínia Gomes Cruz Marques	52	04/11/2004	4,85€	12,46€
Maria da Conceição Alvadia	78	21/10/2004	28,97€	28,97€

Rua Bairro do Camarnal

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/13	RENTA/14
João Lucas Henriques	50	04/11/2004	53,84€	59,96€

Face ao exposto, propomos que o valor das rendas acima indicadas entre em vigor, a partir de 1 de novembro do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia um de outubro de dois mil e catorze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **"Total de Disponibilidades": 6.979.058,85 €** (seis milhões, novecentos e setenta e nove mil e cinquenta e oito euros e oitenta e cinco cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

786 - De acordo com o previsto no art.º 19º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara delibera por unanimidade analisar o seguinte assunto:

32. PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2014 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

32 - PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2014 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO

787 - Presente informação n.º 1365/2014 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 26 de setembro de 2014, na qual se dá conta da entrega dos formulários de adesão ao Programa de Atividade Física para a 3.ª Idade de 2014 e consequente atribuição de apoios às entidades do Concelho que se propuseram a desenvolver o Programa de Atividade Física da 3ª Idade de Janeiro a Dezembro do presente ano.

Considerando que são admitidas candidaturas ao Programa de Desenvolvimento da Atividade Física para a 3.ª Idade a entidades sem fins lucrativos, sediadas no concelho da Marinha Grande e que desenvolvem a sua actividade exclusivamente na mesma.

Considerando a actividade Física como um importante meio de prevenção e promoção da saúde dos idosos.

Considerando que os contratos programa devem obrigatoriamente ser reduzidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Tendo em conta a necessidade de celebração dos contratos programa de desenvolvimento desportivo, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo (**Anexo 5**) à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Assim, a Câmara Municipal delibera, no uso das atribuições dos tempos livres e desporto, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º e no uso das competências definidas pela alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, proceder à atribuição de um subsídio de 1.500.00 € (mil e quinhentos euros) e aprovar o contrato programa de desenvolvimento desportivo, em anexo, com as entidades mencionadas no seguinte quadro:

Entidade	NIF	Valor
Centro Social e Paroquial de Vieira de Leiria	501 931 724	1.500 Euros
Sociedade União de Albergaria	501 640 029	1.500 Euros

O referido apoio tem cabimento na rubrica 2014/A/79 do Plano de Atividades Municipais para o corrente ano.

Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização e concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentar um relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até ao 1 de março de 2015.

A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui, nesta data, a sua situação contributiva regularizada perante a

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
02/10/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 23

Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

788 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:15 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião